

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO ARQUIVO NACIONAL:
O FUNDO ARQUIVO NACIONAL**

***THE CONSTRUCTION OF THE NATIONAL ARCHIVE MEMORY:
THE NATIONAL ARCHIVES' FUND***

Mara Luci – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ana Amélia Lage Martins – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Considerando o Arquivo Nacional um emblemático "lugar de memória", este trabalho apresenta parte de uma pesquisa de mestrado atualmente em curso, que visa perceber elementos constitutivos da construção da sua memória, tendo como objeto de análise empírica o fundo documental "Arquivo Nacional". A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a trajetória histórica do Arquivo Nacional, bem como de levantamento documental e pesquisa exploratória do Fundo Arquivo Nacional, pretende-se oferecer aqui uma apresentação descritiva do fundo, destacando indícios de como este reflete um trabalho de construção da memória realizado pela instituição ao longo do tempo.

Palavras-chave: Arquivo Nacional (Brasil); memória; Fundo Arquivo Nacional.

Abstract: Considering the National Archive as an emblematic "place of memory", this work presents part of a master's degree research currently underway, which aims to understand constituent elements of the construction of its memory, having as the object of empirical analysis the "National Archive" documentary fund. Based on bibliographical research on the historical trajectory of the National Archives, as well as documentary survey and exploratory research on the National Archives Fund, we intend to offer here a descriptive presentation of the fund, highlighting evidence of how it reflects a work of memory construction carried out by the institution over time.

Keywords: National Archives (Brazil); memory; National Archives' Fund

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional é a maior instituição arquivística do Brasil. Criada em 1838, ela mantém sob sua guarda um valioso acervo, continuamente em expansão, a partir do qual é

possível produzir conhecimento histórico sobre o Brasil e acessar informações relativas à administração pública, vitais para o pleno funcionamento da democracia. Atuando também na implementação e acompanhamento da política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos, o Arquivo realiza, no que concerne ao Executivo Federal, a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do país, e promove um conjunto diverso de ações que consolidaram a instituição como a maior referência em documentação arquivística do Brasil.

Considerando o Arquivo Nacional como um emblemático e representativo “lugar de memória [...]” (Nora, 1993, p. 22), este trabalho apresenta parte da pesquisa de mestrado atualmente em curso que se volta para a compreensão de como a instituição constrói, ao longo dos anos, a sua memória, tomando como objeto de análise empírica o fundo documental **Arquivo Nacional**. A partir de pesquisa bibliográfica sobre a trajetória histórica do Arquivo Nacional e de levantamento documental e pesquisa exploratória do Fundo Arquivo Nacional, busca-se realizar neste espaço uma breve apresentação descritiva do fundo Arquivo Nacional, apontando indícios sobre como este revela um trabalho de construção da memória realizado pela instituição ao longo dos anos.

2 BREVE HISTÓRIA DO ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional foi criado pelo regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, com o objetivo de preservar os documentos públicos, especialmente os originais das leis assinadas pelo Imperador Dom Pedro II.

Juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Nacional se somava à Academia Imperial de Belas Artes, integrando o esforço para a construção do Estado brasileiro e da nacionalidade. A estas instituições cabiam, sobretudo, uma função administrativa, na ordenação jurídica da nova sociedade (Costa, 2000), bem como a edificação de uma memória e uma identidade nacionais.

A princípio, os arquivos tinham sobretudo uma função histórica, influenciada pela Revolução Francesa, que defendia a preservação dos documentos como símbolos da identidade nacional.

O modelo francês de arquivo nacional serviu como norte para a organização do Arquivo Público do Império e deixou marcas duradouras na condução de suas atividades durante os séculos XIX e XX. O respeito aos fundos e a adoção

de estrutura específica para organizar as seções são alguns exemplos dessa influência (Estevão; Fonseca, 2010).

A inspiração francesa e a herança patrimonial portuguesa foram, assim, os pilares da construção do Arquivo Nacional, fundada em primeiro momento na política do sigilo (Costa, 2000). Durante o século XIX, o Arquivo Nacional consolidou-se como uma instituição fundamental para a **produção** da memória histórica do Brasil bem como de referenciais que subsidiariam a construção de uma identidade nacional. Neste momento amplia-se significativamente o seu acervo.

Ao abrir em 1874 seu patrimônio documental para a consulta pública e, em 1886, publicar o Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, o Arquivo reorienta sua ação, ampliando seu escopo de atuação, como, por exemplo, iniciando sua longa produção editorial. Em 21 de abril de 1892, a instituição inaugura sua primeira exposição, uma homenagem ao centenário da morte de Tiradentes, o que acabou por influenciar a publicação do decreto nº 1.580, de 31 de outubro de 1893, que instituiu um museu no Arquivo Público, criando o Museu Histórico Nacional¹. Estas ações foram fundamentais para que a instituição começasse a divulgar seu acervo, dando acesso às informações governamentais à população e abrindo-se ao público de maneira geral.

A Constituição de 1934 reforçou a importância dos arquivos públicos no Brasil, destacando o seu papel na salvaguarda de um patrimônio histórico e cultural. Com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, os documentos adquiriram, além de valor histórico, um valor artístico e passaram a ser protegidos pelo poder público. Conforme o Art. 175: "As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público".

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu, no parágrafo 2º do Art. 216, que: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem". Isto conferiu à Administração Pública a responsabilidade pela gestão documental e assegurou aos cidadãos o acesso aos documentos sem necessidade de autorização prévia, exceto nos casos de documentos considerados sigilosos, conforme determinado pelo Art. 5º, inciso XXXIII, da

¹ A partir de então passou a guardar também coleções de moedas, medalhas, bustos entre outros itens. Em 1922 foram transferidos para o Museu Histórico Nacional, ano da sua inauguração.

mesma Constituição, o que representou um marco fundamental para a política de arquivo nacional.

O período de 1958 a 1964 foi um divisor de águas na trajetória institucional do Arquivo Nacional, pois trouxe luz à importância da centralização na instituição no desenvolvimento de uma política arquivística para o país e da capacitação dos profissionais que trabalham nos arquivos, do que decorreu a criação do primeiro curso de Arquivologia do país². Percebendo a hegemonia da pesquisa histórica na instituição, a necessidade de modernização e atuação junto à administração pública federal, foi alterada a finalidade da instituição de apenas repositório da história para servir de **arsenal à administração**.

O período de contestação da hegemonia da disciplina histórica sobre o funcionamento das instituições arquivísticas coincide com o surgimento de uma necessidade e de uma crescente preocupação com os documentos no âmbito do funcionamento do aparelho institucional dos Estados Nacionais (Buzzatti, 2015, p. 51).

Outro período de mudança significativa foi o de 1980 a 1990, quando finalmente a instituição se muda para um prédio definitivo e adequado às suas necessidades, na Praça da República 173 – Centro do Rio de Janeiro. A partir de então, ocorre um grande processo de modernização administrativa, havendo um aumento significativo no quadro de pessoal, movimentos de discussão e elaboração do projeto da Lei de Arquivo, além dos fundamentos para promoção de uma política nacional de arquivos. Após muito estudo e articulação institucional, em 8 de janeiro de 1991 é promulgada a Lei de Arquivo, nº 8.159 que define as competências do Arquivo Nacional, vigentes até hoje:

Compete ao Arquivo Nacional à gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.

A lei também cria, em seu art. 26, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional cuja missão é estabelecer a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) sendo regulamentado apenas em 1994.

² Em 1977 o curso foi transferido para atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO.

Desde que foi criado até os dias atuais a instituição passou por muitos regimentos internos, vivenciando muitas transformações políticas mediante as instabilidades e intenções do Estado ao longo dos anos (Barbatho; Fonseca; Ferreira, 2019). O Arquivo Nacional esteve subordinado a três órgãos diferentes em toda a sua trajetória, ficando por mais tempo no Ministério da Justiça do qual, recentemente, em janeiro de 2023, desligou-se para integrar a estrutura organizacional do recém-criado Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)³, fruto de um desmembramento do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que por ocasião da reforma administrativa de 2019 passou suas funções para o Ministério da Economia.

3 O FUNDO ARQUIVO NACIONAL

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 97) define fundo como um “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência”. De acordo com o mesmo dicionário, a proveniência é um princípio que visa resguardar que não se misturem documentos de uma instituição, pessoa ou família aos de outras. O fundo de um arquivo institucional é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados no decorrer das atividades diárias da instituição.

De acordo com o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), principal base de dados da instituição⁴, o fundo Arquivo Nacional (BR RJANRIO AN) é composto por diferentes gêneros documentais: textual, sonoro (fitas audiomagnéticas e discos), iconográfico (negativos fotográficos, fotografias e cartazes), filmográfico e cartográficos (plantas).

O conteúdo dos documentos textuais compreende relatórios de atividades, registro de entradas de documentos, atividades técnicas, entre outras. Nos documentos sonoros é possível encontrar cursos de arquivo, discursos em solenidades etc. Nos documentos iconográficos há fotografias de exposições, trajetória da instituição entre outras. Nos documentos filmográficos encontramos projetos da instituição, reportagens etc. As plantas (documentos cartográficos) retratam os prédios do Arquivo Nacional e da Casa da Moeda.

³ Alteração estabelecida pelo Decreto nº 11.345.

⁴ Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Multinivel_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1285&v_aba=0. Acesso em 11 jul. 2024.

O arranjo intelectual do fundo Arquivo Nacional foi dividido, no primeiro momento, em Seções, sendo cada uma delas um gênero documental acima mencionado. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 37) arranjo é “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. O mesmo Dicionário (2005, p. 141) define quadro de arranjo como um “Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo”. De acordo com essas definições, é possível concluir que o arranjo intelectual do fundo Arquivo Nacional não está organizado de acordo com sua estrutura e nem por função ou atividades.

Adentrando em cada uma das seções é possível visualizar a quantidade de dossiês (registros) cadastrados no SIAN sendo que na Seção de Documentos Iconográficos não consta nenhum registro, embora no item 1.5 - **dimensão e suporte**, na área de identificação do fundo, a informação é de que há 1026 itens. A seção de documentos sonoros apresenta apenas 2 dossiês, mas consta na área de dimensão e suporte 974 itens. Já na seção de Filmes ocorre o contrário, é informado na dimensão e suporte 53 itens, no entanto, constam 215 dossiês no SIAN. As seções de Documentos textuais e cartográficos condizem com a informação de dimensão e suporte.

Um dossiê é um “Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento” (Arquivo Nacional, 2005, p. 80).

Tabela 1 – Quadro de arranjo do fundo Arquivo Nacional de acordo com os dossiês cadastrados no SIAN.

Fundo Arquivo Nacional	
Seção	Dossiê (quantidade)
Documentos Sonoros	2
Filmes	215
Documentos iconográficos	0
Plantas	74
Documentos textuais	1257
Total de dossiê	1548

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observando a disposição das informações no SIAN a seção de documentos textuais é a única que apresenta um arranjo dividido em 6 séries: Assuntos Gerais; Administração; Atividades técnicas; Divulgação; Arquivo eleitoral e Privilégios industriais. Nessas seções é possível encontrar documentos que retratam a trajetória institucional do Arquivo Nacional, como por exemplo, relatório de atividades, missão, história da instituição, organograma, regimento, legislação, entre outros.

De acordo com os relatórios de atividades do Arquivo Nacional, a primeira iniciativa registrada de pensar no fazer da instituição foi do diretor Alcides Bezerra, que aproveitou a comemoração dos 100 anos da instituição, em 1938, para criar subsídios sobre a história da mesma, incumbido o bibliotecário Pandiá Hermann de Tautphoeus Castello Branco de tal atividade. Assim, ainda em 1937, publicou o volume XXXV da série Publicações do Arquivo Nacional, com o título “Subsídios para a História do Arquivo Nacional na Comemoração do seu Primeiro Centenário (1838 - 1938): o Arquivo no Império”. A obra buscou contar a história do órgão através de relatórios de atividades, transcrição da documentação administrativa, enumerando legislações, fatos e personagens de maior destaque nos primeiros 100 anos de sua existência. O documento é uma importante fonte para compreensão desse período e do esforço da instituição em construir e projetar sua memória. Castello Branco deixou o segundo volume XXXVI da série Publicações do Arquivo Nacional, de subtítulo “O Arquivo na República” pronto para ser publicado, estando este arquivado no fundo Arquivo Nacional e disponível na versão digital no SIAN sob o código BR_RJANRIO_AN_TXT_ANA_0_0959.

Outra iniciativa foi a do diretor José Honório Rodrigues, que também escreveu um trabalho monográfico sobre o órgão, editado em 1959 e publicado pela Gráfica Lux Ltda. O objetivo era identificar os problemas e apontar as soluções para que o Arquivo Nacional cumprisse sua missão de apoiar a alta administração e assegurar a população as provas de seus direitos, o acesso ao conhecimento e à informação. Nesse contexto, a elaboração de um diagnóstico da instituição, dos arquivos e da Arquivologia brasileira é considerado como trabalho de relevância fundamental para o campo do conhecimento. A partir desse diagnóstico de 1959, as seguintes medidas foram tomadas: a vinda de especialistas estrangeiros para analisar a situação da instituição e colaborar na reforma institucional; criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), em 1960; entre outras.

José Honório promoveu a tradução para o português e publicou obras estrangeiras de referência internacional na área de arquivo, em um contexto em que a bibliografia arquivística

no Brasil era quase inexistente. Também elaborou o projeto do sistema nacional de arquivos (com o nome de Conselho de Administração de Arquivos), que permitiu maior aproximação com os órgãos da administração pública federal, e publicou inúmeras obras de referência sobre os arquivos, o que só foi possível devido à criação de uma Equipe Editorial – a Turma de Publicações, presente na estrutura do regimento recém-criado. Inaugurando, assim, a Série Publicações Técnicas que lançou 27 títulos durante a sua administração (Simões, 2013). Essas mudanças impactaram toda a arquivística do país.

Uma parte considerável dos documentos produzidos por essas iniciativas se encontram no fundo Arquivo Nacional, na seção de Documentos textuais, como, por exemplo, relatórios, diagnósticos, materiais dos cursos técnicos oferecidos pelo Arquivo Nacional, publicações, regulamentos, além de outros que juntos indicam elementos constitutivos privilegiados na construção da memória do Arquivo Nacional.

Cabe ressaltar que a pesquisa está em andamento, mas já se pode observar que o estrato textual do Fundo Arquivo Nacional revela um esforço de reunião de registros ora ligados ao cotidiano administrativo da instituição (gestão de Recursos Humanos, orçamentos, finanças etc.), compondo parte de sua **memória organizacional**, ora ao esforço de produção da construção de sua memória, entendida como o trabalho realizado para que partes desejáveis do passado de uma instituição estejam sendo adequadamente mantidas e preservadas (Thiesen, 2013). Do ponto de vista da memória do Arquivo Nacional, destacam-se como elementos de relevância o papel de gestor da política arquivística nacional desempenhado pelo Arquivo, sua função estratégica e democrática do ponto de vista da administração pública e o patrimônio documental como razão de existência do Arquivo.

A implantação de uma política direcionada à memória da instituição com a gestão sistemática de documentos arquivísticos possibilita não apenas que a instituição volte continuamente para si, repensando-se, reafirmando-se e revendo-se ao longo do tempo, como também que ela fortaleça a sua legitimidade pública.

O caso do Arquivo Nacional é extremamente complexo, à medida que a memória e a identidade da instituição ligam-se estreitamente ao esforço, sempre marcado pelo poder, de produção, legitimação e fixação de uma memória e identidade nacionais. Ao mesmo tempo, o Arquivo também é um *lócus* para os quais se direcionam as lutas pelo passado, pelo presente e pelo futuro e um *dispositivo* de organização, classificação e controle do conhecimento e das informações circulantes em uma sociedade.

Uma política concreta de memória da instituição pode, dentre várias possibilidades, dar prosseguimento ao trabalho realizado e sistematizar ações para garantir um conhecimento mais profundo do que já foi realizado e planejamento do que ainda está por vir. Iniciativas que envolvam a memória oral de servidores e dos usuários do Arquivo, bem como a consolidação de pesquisas realizadas sobre o Arquivo Nacional podem ser viabilizadas em um programa continuado de desenvolvimento da memória da instituição que promova um fortalecimento da coerência interna do Arquivo Nacional e uma relação ativa e crítica com o seu passado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Nacional é simbolicamente um lugar de memória que desempenha um papel decisivo na produção da memória nacional e no acesso às informações públicas através do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos, que organiza e coordena as atividades de gestão de documentos de arquivo, desenvolvidas nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

O acúmulo teórico-prático produzido pelos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação evidencia como não basta apenas a preservação do documento, sendo preciso tratar as informações de maneira adequada para garantir o acesso, além de realizar ações mais amplas de mediação que promovam a aproximação entre o público e o patrimônio documental. Uma massa documental, por si, não permite consulta e nem gera possibilidades. As constantes mudanças de arquitetura organizacional do Estado, restrições orçamentárias e a descontinuidade administrativa colocam frequentemente em risco a existência e a memória do Arquivo Nacional. Para não se perder o conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória, é fundamental existir uma vontade de memória sistematizada em uma política de memória.

A quantidade de dossiês informados na área de identificação do fundo Arquivo Nacional (item 1.5 - dimensão e suporte) não é a mesma cadastrados nas Seções do Arranjo no SIAN, o que nos permite concluir que provavelmente essa discrepância ocorre porque esses dossiês ainda não passaram por tratamento arquivístico. Embora os documentos textuais do fundo Arquivo Nacional, até o momento pesquisados, não revelem uma política de memória sistematizada na instituição, é possível inferir que houve em diferentes momentos e ainda há

uma intenção de o Arquivo Nacional debruçar-se sobre a sua memória e através dela construir uma identidade que legitime a sua ação no contexto social.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBATHO, R. R. G.; FONSECA, V. M. M.; FERREIRA, T. M. T. B. C. Arquivo nacional: efeméride e memória institucional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123131>. Acesso em: 1 maio 2024.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Brasília: Presidência da República, [1824]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Brasília: Presidência da República, [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília: Presidência da República, [1946]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

BUZZATTI, João Vicente Teixeira. **Da máquina erudita à instituição arquivística: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2123>. Acesso em: 1 ago. 2023.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81–108, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42>. Acesso em: 6 ago. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.